

REQUERIMENTO

Atividade do Provedor do Utente da Saúde

Pela Resolução n.º 32/2010, de 4 de março, foi criada a figura do Provedor do Utente da Saúde, o qual exerce “uma função de apoio e promoção dos direitos de cidadania na saúde e salvaguarda da equidade no acesso aos cuidados de saúde”.

Considerando a nobreza destes objetivos, principalmente quanto à defesa dos cidadãos mais fragilizados e bem assim dos menos conhecedores dos seus direitos, importa conhecer o trabalho realizado nestes domínios, também para se aferir da sua eficiência e dos meios colocados ao serviço de tais propósitos.

A divulgação do trabalho produzido pelo Provedor do Utente da Saúde, por outro lado, também concorre para uma maior visibilidade da função e consequentemente para a prossecução dos objetivos subjacentes à sua criação.

Nesta conformidade, e tendo por base o conteúdo funcional do Provedor do Utente da Saúde, os Deputados subscritores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, vêm requerer ao Governo Regional a seguinte informação:

1. Quantos pareceres e recomendações foram solicitados ao Provedor do Utente da Saúde pelos órgãos de governo próprio da Região e por

entidades públicas ou privadas com intervenção em matéria de Saúde?

2. Que informações foram enviadas pelo Provedor do Utente da Saúde aos serviços competentes no acompanhamento e fiscalização das instituições de Saúde sobre factos relevantes para o funcionamento das mesmas de que tenha tomado conhecimento no exercício das suas funções?
3. Quais as ações de formação, sensibilização e esclarecimento promovidas pelo Provedor do Utente da Saúde tendo por objeto o âmbito e as matérias previstas nas respetivas funções?
4. Que ações de divulgação promoveu o Provedor do Utente da Saúde junto do público e da comunicação social sobre a sua existência, funções e âmbito de intervenção?
5. Quantas queixas orais ou por qualquer meio escrito ou eletrónico foram apresentadas ao Provedor de Saúde em 2020 e 2021?
6. Das queixas recebidas pelo Provedor do Utente da Saúde, quantas evidenciaram indícios suficientes da prática de contraordenações ou de infrações disciplinares ou criminais ou deram lugar a recomendações para corrigir o ato ou situação irregulares?

7. Quais as instalações disponibilizadas ao Provedor do Utente da Saúde para exercício das respetivas funções?
8. Qual a remuneração anual do Provedor do Utente de Saúde e o montante de outras despesas relacionadas com a sua atividade e função, incluindo deslocações, apoio administrativo e outras consideradas relevantes?
9. Cópia do relatório da atividade do Provedor do Utente de Saúde, contendo as iniciativas tomadas, as queixas recebidas, as diligências efetuadas e os resultados obtidos, enviada ao departamento governamental competente em matéria de saúde, conforme previsto no n.º 22 da Resolução n.º 32/2010, de 4 de março.

Ponta Delgada, 20 de dezembro de 2021

Os Deputados,



(Joaquim Machado)



(Ana Quental)